

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO

Lilian Emanuelli Marques

**Informação estratégica para o
desenvolvimento de políticas de informação:**
análise do evento Cúpula Mundial sobre a Sociedade da
Informação

BELO HORIZONTE
2010

LILIAN EMANUELI MARQUES

**Informação estratégica para o
desenvolvimento de políticas de informação:
análise do evento Cúpula Mundial sobre a Sociedade da
Informação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização do Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial – NITEG, no curso de Gestão Estratégica da Informação, da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro

BELO HORIZONTE
2010

Marques, Lilian Emanuelli

Informação estratégica para o desenvolvimento de políticas de informação: análise do evento Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação / Lilian Emanuelli Marques. – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Escola de Ciência da Informação, 2010.

x f., 46 f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Professora Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais / Escola de Ciência da Informação, 2010.

Referências bibliográficas: f. 46

1. Ciência da Informação. 2. Sociedade da Informação. 3. Políticas de Informação. 4. Cúpula Mundial. - Dissertação. I. Pinheiro, Marta Macedo Kerr. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. IV. Título.

CDD: 050.05
CDU: 025(05)



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Estratégica da Informação intitulado **Informação estratégica para o desenvolvimento de políticas de informação: análise do evento Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação**, de autoria de **Lilian Emanuelli Marques**, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro - ECI/UFMG
Orientadora

Profa. Dra. Marta Araújo Tavares Ferreira - ECI/UFMG
Examinador 1

Mario Lúcio Caixeta
Examinador 2

Profa. Marta Araújo Tavares Ferreira
Coordenadora do curso de Gestão Estratégica da Informação da ECI/UFMG

Data de aprovação: Belo Horizonte, de de 20.....

Dedico

A Deus.

À minha família, que torce pelas minhas vitórias e que é meu porto seguro.

Ao ano de 2009, um divisor de águas em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho, me incentivando e contribuindo para meu amadurecimento e desenvolvimento acadêmicos e, para o meu conseqüente crescimento profissional.

Aos meus colegas de trabalho, amigos e à coordenação da SODS pela compreensão e suporte ao longo de todo um ano conciliando estudos e trabalho.

Aos meus colegas da Auditoria da UFMG, pelo incentivo.

Aos meus colegas da Pós-Graduação que, de simples companheiros de aula, tornaram-se grandes amigos, em especial: Karine Monteiro e Paulo Gonçalves de Castro. Obrigada pela ajuda e apoio, vocês foram muito importantes na realização de mais essa etapa em minha vida.

À Professora Marta Macedo Kerr Pinheiro, pela orientação, atenção e tempo a mim dedicados.

Às minhas amigas Tati e Cris (grandes incentivadoras) e ao amigo Diego (sempre paciente e solícito, oferecendo suporte tecnológico).

Às minhas companheiras de casa: Aline, Joana e Tati.

A todos que, de alguma forma, contribuíram com a realização deste trabalho e que estiveram comigo ao longo de mais essa caminhada.

À Escola de Ciência da Informação da UFMG, pela acolhida.

RESUMO

Tem como objetivo desenvolver um estudo sobre o evento *World Summit on the Information Society* - WSIS (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação - CMSI), convocada pela Organização das Nações Unidas - ONU e organizada pela União Internacional das Telecomunicações - UIT, com a contribuição da UNESCO, cujas fases ocorreram em Genebra – 2003 e na Tunísia – 2005. Desenvolveu-se uma pesquisa sobre os documentos finais produzidos pela CMSI, de forma a investigar o que foi discutido e acordado pelos países participantes, quais as metas projetadas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, buscando compreender como as informações da CMSI podem ser estratégicas para os governos no desenvolvimento de políticas nacionais de informação. Conclui-se que a CMSI possui informações estratégicas que podem ser adotadas pelos países e, também, que o evento tem caráter mais tecnológico-econômico que social.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Sociedade da Informação. Políticas de Informação. Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação.

ABSTRACT

The aim is to develop a research on the World Summit on the Information Society - WSIS, convoqued by the United Nations - UN, organized by the International Union of Telecommunication – IUT with the contribution of UNESCO, whose rounds took place in Geneva - 2003 and Tunisia – 2005. It was developed a research on the final documents of the WSIS, in order to investigate what was discussed and planned by the participant countries for the development of Information Society. The goal was to comprehend how the WSIS information can be strategic for governments in developing national policies for information. It concludes that the WSIS has strategic information that can be used by the governments and also it has a character more economic and technologic than social.

Key-words: Information Science. Information Society. Policies of Information. World Summit on the Information Society.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa e problematização	12
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 Hipótese.....	13
2 METODOLOGIA	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1. Sociedade da informação	15
3.2. Políticas Públicas e de Informação	18
3.3. Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação	22
4 A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PLANOS E AÇÕES	28
4.1 Primeira fase da CMSI - Genebra 2003.....	28
4.1.1 Declaração de Princípios	28
4.1.2 Plano de Ação.....	31
4.2 Segunda Fase da CMSI- Túnis 2005.....	33
4.2.1 Compromisso de Túnis	34
4.2.2 Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação	35
4.3 Análise dos resultados.....	38
5 CONCLUSÃO.....	41
5.1 Retomada dos Objetivos.....	41
5.2 Considerações Finais	42
5.3 Limitações desse estudo	42
5.4 Sugestões para pesquisas futuras.....	43
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1 INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico dos meios de comunicação permitiu que o homem desse um grande passo no encurtamento de distâncias facilitando, assim, seu relacionamento com o mundo todo. Sabe-se que, atualmente, qualquer assunto, notícia ou novidade toma dimensões globais e alcança as mais remotas partes do planeta em segundos, pois a comunicação e, conseqüentemente, a divulgação da informação, alcançou uma velocidade célere. Esta facilidade promove diretamente as interações entre os países colocando produtos, pessoas, sistemas, culturas, bens tangíveis ou não, suportados por uma grande rede de informações e contatos acessível à grande maioria dos povos.

A Sociedade da Informação – SI, expressão que descreve a era em que se vive atualmente, define as bases do poder do atual contexto político-socioeconômico em todo mundo. Segundo Legey e Albagli (2000) a SI é:

[...] um modo de desenvolvimento social e econômico, em que a aquisição, armazenamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação desempenham um papel central na atividade econômica, na geração de novos conhecimentos, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida e satisfação das necessidades dos cidadãos e das suas práticas culturais (LEGEY; ALBAGLI, 2000, p.1)

O surgimento da Sociedade da Informação deve-se ao deslocamento da estrutura econômica dominante, que já foi a terra - Sociedade Agrária, a fábrica - Sociedade Industrial, e hoje é a informação – base da Sociedade da Informação, a chamada Nova Economia, ou Economia do Conhecimento que, como defendem alguns autores (BAUMAN, 1999; BRAMAN,2006; DUPAS, 2005; STEWART, 1998), é essencial para a obtenção de êxito em negócios e em muitas outras áreas de atuação num mundo cada vez mais globalizado e de mercados mais competitivos e internacionalizados.

Esse deslocamento da estrutura econômica, ou do domínio da atividade econômica e dos fatores que determinam a qualidade de vida das pessoas, como afirma Legey e Albagli (2000), que coloca a informação como novo insumo e modifica o paradigma socioeconômico, é resultado do avanço das tecnologias de informação e dos meios de comunicação, e é a base central da Sociedade da Informação e da chamada Nova Economia.

Ocorre que o poder, seja econômico, político, ou informacional – sendo este último o foco desse estudo – e seu controle, concentram-se no seio das nações ricas, cujas políticas informacionais atingem as economias em desenvolvimento e as periféricas, tornando-as reféns e, de certo modo, dependentes, pois dominam os mecanismos de produção, armazenamento, disseminação e uso da informação, acumulando mais poder.

Segundo Mattelart (2006, p. 171) "O vocabulário da Sociedade da Informação se impõe como um novo logotipo da assim chamada globalização", dominando o novo cenário mundial e estabelecendo novos paradigmas, tanto sociais, quanto políticos, econômicos ou culturais. Ou seja, a Sociedade da Informação cria toda uma nova estrutura social, onde o maior bem econômico é intangível e de difícil controle, rompendo fronteiras de forma fácil devido às novas tecnologias de informação, colocando essa nova sociedade em uma grande rede.

Dessa forma, surgem questões que permeiam a Sociedade da Informação, trazendo à tona temas concernentes à democratização da informação e aspectos ligados à infoinclusão, induzindo pensamentos que norteariam políticas e ações que possam reduzir um grande espaço que se estabelece entre ricos e pobres, ou entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às tecnologias de informação.

Surgem, nesse cenário, discussões acerca do papel do Estado como grande responsável pela produção, controle, armazenamento e disseminação da informação, entre outros aspectos, assim como surgem movimentos que tentam chamar a Sociedade Civil para fazer parte dessas discussões e conhecer os aspectos que dominam a Sociedade da Informação.

Diante desse contexto, foi estabelecida a *World Summit on the Information Society - WSIS*, ou Cúpula Mundial da Sociedade da Informação - CMSI, convocada pela Organização das Nações Unidas - ONU e organizada pela União Internacional das Telecomunicações - IUT, com a contribuição da UNESCO. A CMSI foi preparada através de pré-conferências intergovernamentais regionais e ocorreu em duas fases, Genebra-2003 e Tunísia- 2005, sendo uma tentativa da ONU de atender à demanda de vários países preocupados com a concentração do poder nas mãos das nações que dominam os meios de controle e uso da informação (Sathler, 2005), e que será objeto desse estudo.

1.1 Justificativa e problematização

A importância de se estudar um evento como a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação - CMSI surge a partir da necessidade de saber o que tem sido colocado em prática pelos governos de vários países em termos de Sociedade da Informação, uma vez que o discurso estabelecido pelos líderes e representantes da maioria das nações participantes da CMSI, foi de que é estratégico e necessário tornar a informação acessível, assim como colocar as diferentes classes sociais e camadas da sociedade interligadas através de redes informacionais, democratizando, assim, a informação e fazendo com que todos os segmentos da sociedade se sintam parte da nova era em que o mundo mergulhou.

Face esse cenário questiona-se: em linhas gerais, quais as ações projetadas pelos governos participantes durante as duas fases da CMSI? Nesse sentido, cumpre fazer uma análise dos documentos finais gerados pela Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação buscando averiguar os objetivos estabelecidos pelos governos participantes, através da identificação das ações por eles projetadas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Embora exista bastante material teórico que aborde o tema Sociedade da Informação e aspectos que a envolva, o evento acima citado ainda não foi explorado de forma suficiente a tornar claros os seus objetivos e os resultados que tem atingido. Por isso, esta pesquisa tem também como proposta analisar tal evento, como estratégia informacional pelas influências que ele pode e deve exercer nas políticas públicas e na política de informação que os países adotam, para que se possa, assim, obter subsídio e incentivo ao estudo e à pesquisa neste campo, que é considerado por estudiosos da área, bastante carente de pesquisas (JARDIM, 2009).

Tal pesquisa justifica-se ainda pela importância que tem o estudo das políticas de informação, mais especificamente, a cúpula, para a Ciência da Informação e ainda, pela orientação da pesquisa científica que está voltada a resolver os problemas crescentes colocados pela Sociedade da Informação, englobando dois grandes atores desse novo cenário, que são o governo e a sociedade civil.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Pesquisar nos documentos gerados ao final das duas fases da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, os princípios estabelecidos, o programa de trabalho, as proposições feitas ou os planos de ação, observando as possibilidades reais e estratégicas projetadas para os governos de desenvolvimento da Sociedade da Informação, com base nas políticas de informação.

1.2.2 Objetivos específicos

- Relacionar os documentos da CMSI com os estudos sobre a Sociedade da Informação realizados nas Ciências da Informação e da Comunicação;
- Buscar um entendimento sobre a dimensão do conceito de políticas públicas e políticas de informação.
- Investigar os preceitos da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (Genebra – 2003 e Tunísia – 2005) enquanto informação estratégica para os governos.

1.3 Hipótese

A hipótese é que, a partir da análise dos documentos finais gerados pelas duas rodadas da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação poderá se saber se as ações projetadas pelos governos participantes têm um viés puramente econômico, caso as discussões tenham sido em torno de tecnologias de informação, ou um viés social, caso tenham estabelecido políticas de infoinclusão e que essas informações podem ser estratégicas para os governos no desenvolvimento da Sociedade da Informação.

2. METODOLOGIA

Para a concretização desse estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica visando ao embasamento teórico e uma pesquisa documental buscando dados comprobatórios que confirmassem a hipótese sugerida no início o trabalho. O método de investigação da pesquisa foi o indutivo, que “possibilita o desenvolvimento de enunciados gerais sobre as observações acumuladas de casos específicos ou proposições” (OLIVEIRA, 2004, p.60), caracterizando-se por uma pesquisa básica e exploratória, uma vez que tal tema, embora contemporâneo, ainda foi pouco explorado.

Foram realizadas as seguintes etapas: primeiramente foi feita uma pesquisa bibliográfica, ou seja, o levantamento da bibliografia já publicada em forma de livros, revistas científicas, publicações avulsas, imprensa escrita, anais (conjunto de trabalhos apresentados durante seminários e congressos), trabalhos científicos, etc., referentes ao assunto, para conceituar a Sociedade da Informação, as políticas públicas e de informação e a Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação - CMSI.

Em seguida, foi desenvolvida uma pesquisa sobre os documentos finais produzidos nas duas fases da CMSI: Genebra-2003 e Tunísia 2005. “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). O objetivo foi localizar nesses documentos os princípios, as proposições e metas da cúpula, e os motivos pelos quais tais proposições e metas foram estabelecidos, além de investigar o que é estratégico nesse evento que pode ser adotado pelos governos.

Os documentos analisados foram retirados do site oficial da CMSI, impressos e traduzidos das versões em inglês e espanhol pela pesquisadora. A análise foi feita a partir de excertos desses documentos, os quais foram interpretados com base no referencial teórico sendo feita as inferências de acordo com o entendimento sobre o tema. Por fim, foi realizada uma leitura interpretativa de todo o material, fase em que se organizaram as idéias para se atender os objetivos da pesquisa, e a conseqüente estruturação e redação do texto.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se, neste capítulo, estudos publicados sobre o tema investigado e os conceitos de Sociedade da Informação, de políticas públicas e de informação e, principalmente, em linhas gerais, é apresentada a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, como ela surgiu, quando ocorreu e os seus objetivos principais.

3.1. Sociedade da informação

A sociedade da informação pode ser explicada como a atual era em que vivemos e está relacionada a uma série de grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX (LEGEY; ALBAGLI, 2000). Tais mudanças foram, principalmente, a explosão da informação, que aliada às Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC permitiram que, o como fazer (informações, instruções) se tornasse mais importante do que o que é feito (produto pronto), pois o conhecimento acerca das coisas tornou-se muito mais importante do que o próprio produto. A informação e o conhecimento passaram, portanto, a serem tratados como “elementos estratégicos, dos pontos de vista econômico-produtivo, político e sócio-cultural” (LEGEY; ALBAGLI, 2000, p.2).

A nova sociedade se estabelece sobre um novo paradigma, um novo modelo de produção, mudando seu domínio de produtos tangíveis (terra e indústria) para um “produto abstrato” não palpável, mas nem por isso menos valioso, ao contrário, um produto que demanda maior segurança e controle, pois ensina a forma de fazer acontecer, informando, comunicando, trazendo conhecimento às pessoas para que possam tomar decisões.

Como afirma o autor:

A Expressão Sociedade da Informação passou ser utilizada nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de sociedade pós-industrial e como forma de transmitir o conteúdo específico do novo paradigma técnico econômico. (MOTA, *et al*, 2005, p.1)

Essa nova sociedade não traz consigo o peso das máquinas industriais, a paisagem cinzenta das grandes fábricas e nem a concentração de grandes massas

populacionais em grandes centros, como afirma Mattelart (2006), “Essa civilização que fundada no trilho e no vapor, na mecânica e redes da indústria pesada, gerou a concentração dos meios de produção e a aglomeração nas megalópoles urbanas” (MATTELART, 2006, p. 48). Ao contrário, surge uma nova concepção de uso do espaço e de produção, onde pequenas organizações, mesmo isoladas, produzem em grande escala, interligadas por uma grande rede, fruto do avanço tecnológico dos meios de comunicação e informação, como afirma o autor, “Uma forma de implantação que procura preservar a individualidade, ao mesmo tempo em que cria um novo tipo de sociabilidade” (MATTELART, 2006, p. 48).

Segundo Legey e Albagli (2000), a Sociedade da Informação pode oferecer grandes benefícios e, em nome disso, os países e blocos econômicos têm se organizado e priorizado as discussões para formulação e implementação de políticas, com o objetivo de enfrentar os desafios dessa nova era, pois, como afirmam as autoras, "Em meio às múltiplas abordagens, torna-se evidente que sem uma estratégia definida, dificilmente um país conseguirá uma posição favorável nesse novo cenário" (LEGEY; ALBAGLI, 2000, p.2).

Dessa forma, os países e blocos econômicos estabelecem prioridades com relação à criação de políticas voltadas para a regulamentação dessa nova estrutura social, estabelecendo critérios que alcancem a economia, a sociedade civil, o meio ambiente, a cultura e todos os atores que compõem este novo cenário.

Dentre as várias perspectivas que compõem esse conjunto de opções a serem discutidas acerca da Sociedade da Informação, podem-se citar questões relativas à inclusão digital, ao acesso à informação, ao direito à comunicação, que refletem problemas ligados à educação, à cultura, às questões ambientais, à interferência na cultura, seja ela local, regional, nacional ou internacional, dos povos organizados em sociedade. Além de problemas de falta de acessibilidade às TIC, que são a ponte de acesso à informação e a tudo que a ela se refere e que, de acordo com Mattelart (2006), devem estar acima das questões e vantagens econômicas.

Esses combates pelo direito à comunicação e à informação são uma das numerosas expressões da nova filosofia da ação coletiva sobre a gestão dos bens comuns da humanidade (a cultura, mas também a educação, a saúde, o meio ambiente e a água) segundo o qual o serviço público e a exceção cultural devem prevalecer sobre os mecanismos do mercado” (MATTELART, 2006, p. 170)

Há um consenso entre estudiosos da área de que essa é a era mais democrática e simples, a era do acesso, do final alcance dos direitos de igualdade, da liberdade de comunicação e expressão. Todavia, apesar do discurso, o simples acesso à tecnologia, não significa o acesso à informação e nem à compreensão desse novo modo de vida. Como afirma o autor:

É preciso dizer também que o reconhecimento do caráter central das modalidades de implantação social das tecnologias de informação e de comunicação está longe de ser um aspecto central da maioria dos componentes do movimento dos movimentos, mesmo que todos manejem com destreza os novos instrumentos digitais. (MATTELART, 2006, p. 169)

Na contramão desse consenso, em que se afirma a existência do fim das complicações, como assegura o autor “A complicação crescente das sociedades contemporâneas dissolve-se em explicações simples: ‘estamos entrando na era do otimismo’, apregoam os *best-sellers* sobre a sociedade prometida” (MATTELART, 2006, p. 172), surgem as críticas, quando afirma-se que as pessoas que vão contra esse novo modelo são chamadas de tecnofóbicas ou antimodernas, contradizendo o discurso de igualdade, de acesso, de direitos de liberdade de escolha de expressão e, principalmente, contra o discurso de redução do grande espaço que separa as pessoas quem têm acesso daquelas que não têm acesso às TIC, chamados na literatura de infoexcluídos.

O fato é que a Sociedade da Informação não colocou um fim à grande divisão socioeconômica entre classes, e as grandes diferenças entre ricos e pobres, ou diferenças culturais, nem mesmo à forma das pessoas enxergarem umas às outras; ao contrário, ela está bem distante desse ideal e, segundo o autor: “A sociedade das redes está longe de ter colocado um fim no etnocentrismo dos tempos coloniais” (MATTELART, 2006, p. 173).

Diante desse contexto, destaca-se a urgente necessidade de estudar o papel do Estado como grande produtor, controlador, desenvolvedor, estabelecedor de políticas de informação, que fomentam e controlam o desafio e os novos benefícios que essa nova era pode oferecer. Estudar a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação é, portanto, fator importante na busca pelo entendimento sobre essa nova sociedade e ainda permite fazer uma prospecção, em termos de políticas

públicas e de informação com o objetivo de se planejar para os próximos acontecimentos nesse sentido.

3.2. Políticas Públicas e de Informação

Com a rápida evolução tecnológica dos últimos anos, houve uma grande revolução na estrutura das sociedades, causando mudanças paradigmáticas em relação às questões políticas, econômicas, sociais, culturais, entre outras, que fizeram com que os Estados passassem a se preocupar em criar mecanismos de organização e controle de informações, além de priorizar em suas agendas a adoção de políticas que governem essa nova estrutura social. Além disso, devido às diferenças de classes sociais, passaram também a se preocupar com o acesso às informações pelas classes menos favorecidas, com o objetivo de não ampliar ainda mais o grande desequilíbrio que há entre pobres e ricos.

Nesse sentido, “O Estado constitui agente privilegiado de produção, recepção e agregação das informações, e submete-se, por isso mesmo, ao controle social” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 4). Estabelece-se assim, nas últimas décadas do século XX, o conceito de políticas públicas de informação, tema que busca fortalecimento teórico e se destaca no cenário das “estruturas de Estado, as características da sociedade civil, formas de governo e de ser governado nos âmbitos local, regional, nacional e até mesmo transnacional” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 4).

Dessa forma, estabeleceu-se o papel do Estado como protagonista na formulação de ações e de estratégias e como órgão regulador desse processo, ou seja, o Estado passa a ser fundamental na criação de políticas públicas, e na implementação e difusão das tecnologias de informação e de comunicação (LEGEY; ALBAGLI, 2000). Pode-se dizer também que houve um conflito nesse sentido, pois o Estado, que antes intervinha minimamente na economia, já que a lei do mercado e da competitividade é que regulava os negócios durante a Sociedade Industrial, passa a desempenhar um papel central na Sociedade da Informação (MATTELART, 2006).

Como afirmam as autoras:

[...] a proposição de diretrizes e metas para o estabelecimento de uma infra-estrutura condizente com as novas demandas e oportunidades, provocadas pela explosão das tecnologias de informação e comunicação, passou a ocupar, a partir da década de 1990, a agenda política dos principais países de economia avançada, sob distintas ênfases e com diferentes designações, dentre as quais, infra-estrutura nacional e global de informações (GII – global information infrastructure e NII – national information infrastructure), alta estrada ou supervia de informações (information highway), supervias eletrônicas (eletronic highways) e ainda, numa perspectiva mais abrangente, sociedade da informação (information society) (LEGEY; ALBAGLI, 2000, p. 4).

Buscar a compreensão sobre políticas públicas e ações governamentais pode ser relevante e contribuir pra o entendimento sobre políticas públicas de informação, como afirmam Jardim, Silva e Nharreluga (2009). Desenvolver estudos sobre esse tema “[...] requer compreender o papel do Estado como produtor e acumulador de informações e suas implicações na sociedade contemporânea” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 1). Principalmente porque, como afirma o autor:

Sob a égide de uma dimensão informacional cada vez mais densa e complexa, o Estado adquire novos contornos, assim como a cidadania tende a forjar novos mecanismos informacionais para o exercício de direitos políticos, sociais e civis. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 1)

Cabe aqui então, conceituar políticas públicas e políticas públicas de informação, para se compreender a importância de tais temas para o campo de estudo da Ciência da Informação. Segundo Jardim, Silva e Nharreluga (2009), não há um consenso sobre a definição do que são políticas públicas, até porque ela é considerada “...dinâmica e mutante. Tende a alterar-se ao longo do tempo, sob a redefinição de diretrizes e novos objetivos” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.12). Logo, Jardim parte do conceito de que políticas públicas são o “Estado em ação” (MULLER; SUREL, 2004, p. 11 *apud* JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.10), ou seja, são os planejamentos e estratégias do Estado colocadas em ação, trazendo ao público a prática daquilo que até então estava no âmbito do discurso, da teoria.

Aun (2001) adota a seguinte definição de política ou políticas no campo das atividades de informação científica e tecnológica:

“o pressuposto de uma explicitação de princípios sobre o que é desejável e realizável para um país em termos de produção, transferência e acesso à informação, considerando-se os seus recursos de informação, a sua infraestrutura e as necessidades de seus usuários. Se por um lado estas políticas expressam uma idealização, por outro, expressam objetivos de atuação e de transformação da realidade numa determinada direção”. (GARCIA, 1980 *apud* AUN, 2001, p. 75).

A autora acrescenta a essa definição, ampliando-a, o conceito de regime de informação, colocado por Gomez, que afirma que “objetivos de atuação e de transformação da realidade numa determinada direção” (GOMEZ, 1996, *apud* AUN, 2001:75) são as principais características de uma política de informação. Dessa forma, Aun (2001) considera que, a união desses dois últimos conceitos “integram os dois diferentes grupos conceituais, não se limitando apenas ao ciclo e transferência da informação nem a colocação deste processo a uma resposta a pressões da esfera econômica” (AUN, 2001, p. 76).

As políticas públicas de informação são, portanto, as políticas públicas adotadas no âmbito da Sociedade da Informação e desse novo cenário global que se estabeleceu. Uma vez que houve a evolução das TIC, criando uma ponte para fazer com que a informação se tornasse parte chave de um novo modo de vida, surge a necessidade de se regulamentar esse novo sistema, as novas ações, os novos desafios, e criar mecanismos de acesso e compreensão para todos, principalmente através da difusão do conhecimento. Como afirmam os autores:

Escolhas, confrontos e ações informacionais de grande impacto e, em vários níveis da vida social são a essência da formulação, implementação e avaliação de qualquer política pública. Em relação às políticas públicas de informação, não seria diferente. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 2).

Portanto, estudar as políticas públicas de informação é de fundamental importância para se compreender o papel do Estado como produtor, acumulador e controlador de informações. Além de buscar o conhecimento acerca de regulamentações, de projetos, de ações, da adoção de possíveis procedimentos e processos de inclusão daqueles que não têm acesso às TIC e à democratização da informação por esse mesmo Estado.

Levando-se em consideração que as evoluções tecnológicas tendem a ocorrer de maneira cada vez mais rápida haja visto o avanço em pesquisas e

estudos e a própria evolução humana, é preciso pensar que as políticas de informação não devem ser criadas somente para resolver problemas já existentes ou problemas que surgirão a curto prazo, devendo-se portanto pensar em planejamentos e estabelecimento de metas a longo prazo, o que implica em mudança comportamental e até mesmo cultural, pois como afirma o autor, “A promoção de políticas públicas de longo prazo, ou seja, numa perspectiva temporal mais estendida, implica na mudança do comportamento dos políticos e em novos arranjos institucionais nas atitudes de governo” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 17).

Assim, é preciso analisar que, a linha de pensamento dos Estados e governos em termos de criação de políticas públicas de informação deve ir além do que é tecnológico, além do que traz benefícios econômicos e crescimento aos países, e ampliar seus olhares para a sociedade como todo, ou seja, visualizar todos os problemas que a sociedade abarca como consequência do surgimento da Sociedade da Informação. Isso quer dizer que, como afirmam os autores, “[...] o foco se desloca do atendimento das necessidades dos diferentes órgãos da administração pública para as tentativas de solucionar os problemas da sociedade” (CUNHA; RESENDE, 2005:65, *apud* JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 17).

Como já mencionado anteriormente, as políticas de informação são desenvolvidas em âmbitos local, regional, nacional e internacional. Portanto, a preocupação dos países com a questão da democratização da informação vem ocorrendo já desde a década de 60. Destaca-se, dessa forma, o lançamento do Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica – UNISIT, em 1972, pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura – UNESCO, o qual tinha como proposição básica a cooperação voluntária internacional para melhoria do acesso e uso da informação e a consequente redução do desequilíbrio entre países de economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Outros sistemas nesse mesmo sentido foram lançados nos próximos anos, assim como foram realizados eventos que contemplavam essa mesma discussão. Destaca-se nesse sentido, a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação que será um pouco mais detalhada nesse estudo.

É preciso destacar também outro aspecto das políticas de informação, levando-se em consideração, o que afirma a autora: “o cenário de construção de políticas de informação tem refletido o processo de transformações em vigor” (AUN, 2001, p. 72), uma vez que vive-se em uma era de grandes transformações e de mudanças de paradigmas que envolvem todo o mundo e redefinem os conceitos de criação, gestão, controle, uso e disseminação de informação, inclusive, é preciso construir políticas que atendam a esses novos desafios, sejam eles mudanças econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, científicas ou culturais. Portanto, faz-se necessário compreender o alcance das políticas de informação e buscar um maior entendimento sobre tal tema, já que há uma redefinição nos rumos da sociedade, que acompanha a era da informação.

Dessa forma, como afirma a autora:

O desafio reside então no equilíbrio e vontade explícita dos governos em formar cidadãos conscientes para participarem mais ativamente desta Sociedade da Inteligência, orientados politicamente para um mundo com maior visão social, contribuindo para que o crescimento das atuais múltiplas formas de pobreza não conduzam o mundo a incontroláveis formas de barbárie. (AUN, 2001, p. 80).

Assim, considera-se que a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação é uma manifestação da vontade dos governos e prova que há um desejo em encarar esse desafio de redução do fosso digital e das diferenças sociais, pois tal evento convoca justamente as partes interessadas, quais sejam, governos, sociedade civil, setor privado e instituições internacionais, a discutirem tal tema e estabelecerem metas e objetivos para alcançar o desenvolvimento rumo a uma inclusiva Sociedade da Informação.

3.3. Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

Em 1998, por iniciativa da Conferência Plenipotenciária da União Internacional das Telecomunicações (UIT), que reconheceu que o fosso digital existente entre quem tinha acesso às informações e quem não tinha estava se ampliando, na contramão da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, que passavam a desempenhar um papel cada vez mais

relevante nos âmbitos político, social, cultural e econômico, surge a idéia de realizar a *World Summit on the Information Society - WSIS* ou Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação - CMSI.

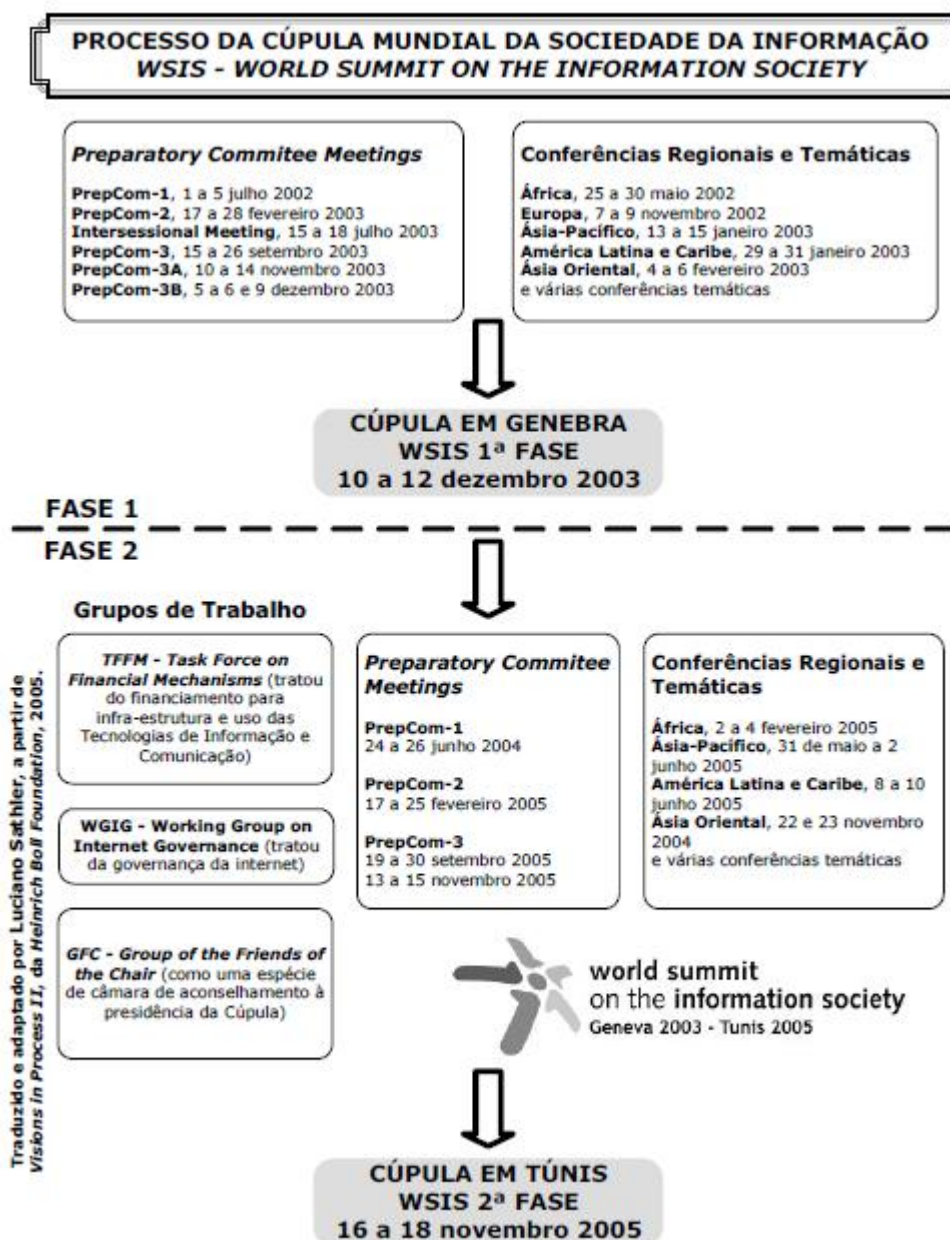
Dessa forma, as Nações Unidas reconheceram a necessidade de promover uma cooperação entre as várias iniciativas nacionais e globais que visam promover as TIC e aprovou uma resolução que encarregava a UIT de assumir o papel principal na preparação da Cúpula¹.

A UNESCO, órgão “engajado no debate institucional sobre a Sociedade da Informação” (MATTELART, 2006, p. 160), contribuiu para a organização da CMSI, convocada pela Organização das Nações Unidas – ONU, com o objetivo de atender aos pedidos de vários países preocupados com as possibilidades de aumento da concentração de poder nas mãos das nações ricas, as quais controlam e dominam as tecnologias de produção, armazenamento, disseminação e uso de informação (SATTHLER, 2005).

A aprovação da realização da CMSI ocorreu em 21 de dezembro de 2001, através da Resolução 58/183, da Assembléia Geral das Nações Unidas. A CMSI foi aprovada em duas fases sendo que a primeira ocorreu em Genebra, na Suíça, no período de 10 a 12 de dezembro de 2003, e a segunda ocorreu, em Túnis, na Tunísia, no período de 16 a 18 de dezembro de 2005 e, após essas duas rodadas, ocorrem anualmente os encontros da CMSI, com o objetivo de dar seguimento às discussões estabelecidas e às decisões tomadas em Túnis.

A preparação da cúpula se deu através de conferências intergovernamentais regionais e também em três conferências na sede da União Internacional das Telecomunicações – IUT, órgão responsável por toda organização da cúpula, em Genebra. A CMSI teve a participação de delegações de vários países, ou seja grande participação governamental, além de organizações da sociedade civil e empresas do setor privado, grandes responsáveis pelo setor de desenvolvimento de tecnologia. Para a realização da cúpula foram adotados os seguintes processos, ilustrados na figura a seguir:

¹ Fonte: http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/ONU_SociedadeDaInformacao.htm



Traduzido e adaptado por Luciano Sathler, a partir de *Visions in Process II*, da *Heinrich Böll Foundation*, 2005.

Figura 1 - Processos da Cúpula sobre a Sociedade da Informação.² (SATHLER,2009)

Durante a primeira fase, em Genebra, foram gerados dois documentos principais: a Declaração de Princípios e o Plano de Ação, enquanto na segunda fase, em Túnis, o objetivo foi traçar compromissos e metas, para colocar em ação os

² Fonte: SATHLER, L. Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: desafios para a sociedade civil. **Mídia Cidadã**, [s.l], [s.n], p. 1-11, nov. 2005. Disponível em: < http://www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_forum_eixos_luciano.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

planos discutidos em Genebra, sendo gerados dois documentos intitulados: Compromisso de Túnis e Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação.

Além de investigar os objetivos da CMSI e quais suas ações projetadas, buscou-se também saber o que pode ser considerado estratégico em termos de política de informação desenvolvida pelos países participantes e que justifica todo esse processo, levando-se em consideração o conceito do que é estratégico, como afirma Garcia (1997):

O "pensamento estratégico" poderia ser definido como sendo aquele ligado a concepções mais amplas que podem ser ou não de natureza militar, mas que envolvem sempre questões consideradas "estratégicas" pelos atores em interação, condicionando, assim, padrões de comportamento. Compreende definição de objetivos, antecipação de movimentos, planejamento de longo prazo, cálculo de custo-benefício, manejo de informação, tomada de decisões e graus variados de incerteza em relações complexas de conflito, competição ou negociação. Pensar estrategicamente, portanto, não é necessariamente prerrogativa do profissional militar, já que tal exercício pode servir tanto para a política de um Estado, como para uma organização, empresa ou indivíduo (GARCIA, 1997, p. 19).

Pode-se inferir que a ação dos países participantes da CMSI foi estratégica, considerando sua antecipação de movimentos, sua preocupação com o atual cenário de controle e uso da informação, assim como das tecnologias de informação e comunicação, e seus objetivos e preocupações em desenvolver políticas para a nova estrutura social, ou seja, políticas para a Sociedade da Informação.

O objetivo principal da CMSI, como estabelecido no discurso do então Secretário Geral das Nações Unidas³, Kofi Annan, foi de construir uma Sociedade da Informação aberta, dinâmica e à altura dos desafios sociais, econômicos e políticos da atualidade, uma sociedade inclusiva, com igualdade de direito de acesso à informação. Naquele momento, em Genebra, em 2003, Kofi Annan chamou a atenção dos governantes participantes para o fato de que a era da informação já havia chegado através das Tecnologias de Informação e Comunicação, e que o papel dos governos a partir de então deveria ser o de construir uma Sociedade da Informação justa e igualitária. "A tecnologia deu origem à era da informação. Cabe-

³ Todo material relativo ao discurso de Kofi Annan foi retirado do site: http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/ONU_SociedadeDaInformacao.htm

nos agora construir uma Sociedade da Informação” (Kofi Annan, trecho do discurso de abertura da primeira fase da CMSI, em Genebra, 2003).

Ainda no discurso de abertura ficou bem clara a preocupação do Secretário com relação à grande distância entre pobres e ricos em termos de acesso às TIC:

Na realidade, o fosso digital é um reflexo de disparidades em diversas esferas. Há disparidades na área tecnológica e enormes disparidades em matéria de infra-estruturas. Há disparidades em termos de conteúdo, pois uma grande parte da informação veiculada pela Internet pouco tem que ver com as necessidades das populações. E, como quase 70% dos sites na Web utilizam o inglês, a voz e os pontos de vista das comunidades locais correm o risco de ser abafados (informação verbal).⁴

Dessa forma, o objetivo foi encontrar soluções no sentido de minimizar todos esses problemas a partir da criação de políticas e do real interesse de cada governo em buscar soluções. Kofi Annan dirigiu seu discurso aos líderes de governo presentes na CMSI, incumbindo-lhes da tarefa de construção dessa sociedade:

Para que possa surgir uma Sociedade da Informação aberta e inclusiva, que beneficie todos os seres humanos, são necessários uma forte determinação e investimentos suficientes. É aos dirigentes, hoje aqui reunidos, que compete mobilizar a vontade política necessária (informação verbal).

A primeira fase da CMSI, como já mencionado, caracterizou-se por discussões e estabelecimento de princípios norteadores e de um plano estratégico, enquanto a segunda fase, manteve o mesmo ideal acrescido do intuito de colocar o discurso em prática, como ficou bem claro, mais uma vez, no discurso de Kofi Annan:

Dois anos atrás, em Genebra, a primeira fase da Cúpula Mundial articulou a visão de uma Sociedade da Informação aberta e inclusiva. Nossa tarefa aqui, em Túnis, é passar do diagnóstico para a ação (informação verbal).

Com um discurso que demonstra extrema preocupação com as diferenças sociais, com o desequilíbrio entre ricos e pobres, com as mudanças sociais e culturais advindas da nova era e a grande expansão e evolução das TIC, entre

⁴ As citações dessa seção foram retiradas do discurso de Kofi Annan, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, na palestra de abertura da primeira fase da CMSI, em Genebra, em novembro de 2003. Os trechos estão originalmente em um documento, em inglês, disponível no site oficial da CMSI (www.itu.int/wsis/), mas os excertos foram retirados da tradução do documento feita por Célio Franco, gestor do Portal Nosso São Paulo, cujo site é www.nossosaopaulo.com.br.

outros problemas, a CMSI deixou bem clara sua intenção de deixar definido o papel do Estado como protagonista e também de convocar a sociedade civil a participar das discussões sobre a Sociedade da Informação. Como afirma Mattelart (2006) sobre a CMSI:

A sociedade civil foi convidada a ser ouvida. Mesmo que essa oferta não diga respeito à participação nas decisões e que não esteja isenta do risco de recuperação, essa experiência é rica em ensinamentos que transcendem a questão pontual da Sociedade da Informação. Ela estabelece um marco na busca tateante dos meios para a construção de uma esfera pública transnacional. (MATTELART, 2006, p. 160)

Para Mattelart (2006) o objetivo principal da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, foi o de abrir espaço para discutir o tema, buscar o entendimento e um caminho similares sobre a nova sociedade, visando elaborar um plano estratégico que permita coloca essas questões em prática.

Vários foram os temas debatidos durante as duas fases da CMSI, entre eles destacam-se a governança da Internet e o financiamento das telecomunicações para nações empobrecidas, questões ligadas ao papel dos governos, ao papel do setor privado, à contribuição internacional, exclusão digital, universalização da educação, acesso à infra-estrutura de telecomunicações, software livre, direitos de Propriedade Intelectual, direito à Comunicação, multiculturalismo, diversidades, entre outros (SATHLER, 2005). Cada tema foi proveniente de diferentes segmentos envolvidos na Sociedade da Informação, como as Organizações da Sociedade Civil, que trouxeram à tona temas mais relacionados com a questão de políticas de acesso e de inclusão digital.

Dessa forma e diante de um tema ainda pouco explorado, mas rico em informações e conteúdos, objetiva-se analisar os documentos finais produzidos pelas duas fases da CMSI, com vistas a entender as discussões que aí tiveram destaque e que estabeleceram metas importantes para a população de todo o mundo em termos de informação e TIC.

4 A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PLANOS E AÇÕES

Apresenta-se nesse capítulo uma pesquisa sobre os quatro principais documentos produzidos⁵ pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação e que contêm os objetivos e ações projetadas durante as rodadas do evento. Durante a primeira fase foram gerados a *Declaração de Princípios* e o *Plano de Ação de Genebra*, respectivamente. Sendo que na segunda fase foram gerados o *Compromisso de Túnis* e a *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*.

4.1 Primeira fase da CMSI - Genebra 2003

4.1.1 Declaração de Princípios

A Declaração de Princípios, em linhas gerais, estabelece as formas para se construir uma Sociedade da Informação realmente inclusiva e justa. O documento estabelece a visão dos representantes das nações de todo o mundo sobre como acreditam que deve ser essa nova sociedade, além de descrever os desafios, as afirmações e os critérios de acordo com que esse processo deve ocorrer, seguindo princípios e determinações pré-estabelecidos pelas Nações Unidas em declarações e documentos tais como a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos direitos Humanos, objetivando, dessa forma, não ferir nenhum direito ou princípio já determinado .

O documento estabelece princípios relativos aos seguintes aspectos:

- a) Uma visão comum da Sociedade da Informação, ou seja, como os representantes dos governos de todos os países participantes na CMSI vêem a Sociedade da Informação, além de declarar como desafio, maior e global para o novo milênio, a construção dessa sociedade e de estabelecer seu compromisso para com o mundo. Tais objetivos ficam claros nos excertos destacados a seguir:

⁵ Todo material usado nas citações ao longo deste capítulo 5 foram retirados dos documentos produzidos ao final das duas fases da CMSI e estão disponibilizados no site oficial da WSIS (www.itu.int/wsis/outcome/booklet-es.pdf.) e foram traduzidos da versão em espanhol para português.

Nós, os representantes dos povos do mundo, reunidos em Genebra do dia 10 ao dia 12 de dezembro de 2003, para a primeira fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, declaramos nosso desejo e compromisso comuns de construir uma Sociedade da Informação centrada no ser humano, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, onde todos possam criar, acessar, utilizar e partilhar informação e conhecimento, para que as pessoas, as comunidades e povos possam atingir seu pleno potencial para promover o seu desenvolvimento sustentável e a melhoria da sua qualidade de vida, com base nos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e respeitando plenamente e defendendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos [...] (DECLARACIÓN..., 2009, p.1, tradução nossa).

Nosso desafio é canalizar o potencial da tecnologia de informação e comunicação para promover os objetivos de desenvolvimento [...] (DECLARACIÓN..., 2009, p.1, tradução nossa).

Reafirmamos como fundamento essencial da Sociedade da Informação, e seguindo o que estipula o artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos, que todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão [...] (DECLARACIÓN..., 2009, p.1, tradução nossa).

[...] Estes direitos e liberdades não poderão, em caso algum, serem exercidos em oposição aos princípios das Nações Unidas. Desta maneira, fomentaremos uma Sociedade da Informação em que se respeite a dignidade humana. [...] (DECLARACIÓN..., 2009, p.2, tradução nossa).

Reconhecemos que a educação, o conhecimento, a informação e a comunicação são essenciais para o progresso, a iniciativa e o bem-estar dos seres humanos. E ainda, as tecnologias de informação e comunicação têm imensas repercussões em praticamente todos os aspectos de nossas vidas. [...] (DECLARACIÓN..., 2009, p.2, tradução nossa).

Somos conscientes de que as TIC devem ser consideradas um meio, e não um fim em si [...] (DECLARACIÓN..., 2009, p.2, tradução nossa).

Somos plenamente conscientes de que as vantagens da revolução da tecnologia da informação estão atualmente desigualmente distribuídas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como, dentro das sociedades. Estamos plenamente comprometidos a converter o fosso digital em uma oportunidade digital para todos, especialmente aqueles que correm perigo de serem deixados para trás e ainda mais marginalizados. [...] (DECLARACIÓN..., 2009, p.2, tradução nossa).

Reconhecemos que a construção de uma Sociedade da Informação inclusiva requer novas modalidades de solidariedade, associação, cooperação entre os governos e demais partes interessadas, a saber, o setor privado, a sociedade civil e as organizações internacionais. (DECLARACIÓN..., 2009, p.3, tradução nossa).

- b) Uma Sociedade da Informação para todos com base no estabelecimento de princípios fundamentais. Nesse sentido estabelece a função dos governos e de das outras partes interessadas na promoção das TIC para o desenvolvimento, como o setor privado, a sociedade civil e instituições internacionais, além de uma

infraestrutura da informação e da comunicação, que é fundamento básico de uma Sociedade da Informação integradora e inclusiva. Destacando-se aí a conectividade ou acesso universal às redes principalmente para as regiões menos favorecidas.

Nesse sentido, o documento estabelece ainda princípios para o acesso à informação e ao conhecimento; para a criação de capacidade ou capacitação de pessoas para uso das TIC; para o fomento da confiança e da segurança na utilização das TIC e para um entorno propício, ou seja, um meio adequado para que esse processo todo ocorra.

A função dos governos e das partes interessadas na promoção das TIC para o desenvolvimento é definida no seguinte sentido, como pode ser averiguado no excerto a seguir:

Os governos, assim como o setor privado, a sociedade civil, as Nações Unidas e outras organizações internacionais, têm uma função e uma responsabilidade importantes no desenvolvimento da Sociedade da Informação, nesse caso, no processo de tomada de decisões. A construção de uma Sociedade da Informação centrada na pessoa é um esforço conjunto que necessita da cooperação e da associação de todas as partes interessadas. (DECLARACIÓN..., 2009, p.3, tradução nossa)

Ainda nesse sentido, o documento estabelece que as aplicações das TIC devem gerar benefícios em todos os aspectos da vida; que é preciso atentar-se para a diversidade e identidade culturais, para a diversidade lingüística e o conteúdo local; para os meios de comunicação como determinantes para a liberdade de expressão e opinião; para as dimensões éticas da Sociedade da Informação e para a cooperação internacional e regional.

c) Uma Sociedade da informação para todos, baseada no intercambio de conhecimentos

Nesse aspecto, a Declaração de Princípios estabelece o comprometimento e as convicções do ingresso de todo o mundo em uma nova era, que oferece enormes possibilidades e benefícios e de uma maior comunicabilidade humana, com a possibilidade de gerar, trocar, compartilhar e comunicar informação e conhecimento entre todas as redes do mundo, definindo os novos rumos a serem tomados.

4.1.2 Plano de Ação

O Plano de Ação é considerado o conjunto de ações a serem adotadas pelos governos e partes interessadas no desenvolvimento da Sociedade da Informação. O documento, baseado na Declaração de Princípios, traça planos para colocar em prática cada princípio estabelecido da primeira fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. É no Plano de Ações, como definido em seu próprio texto, que os fundamentos da Declaração de Princípios são transformados em linhas de ação para atingir os objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados.

Em linhas gerais, o documento estabelece as metas de cada parte interessada, determinando de forma clara como cada princípio deve ser colocado em prática, os quais seguem descritos:

- a) Aos governos cabe a função de dirigir a formulação e aplicação de ciberestratégias nacionais exaustivas, orientadas ao futuro sustentável. Além disso, os governos devem manter um diálogo com o setor privado e com a sociedade civil, pois ambos têm uma importante função consultiva na formulação das referidas ciberestratégias nacionais.
- b) O setor privado é fundamental para o desenvolvimento e a difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação, nos âmbitos da infra-estrutura, conteúdos e aplicações, não atuando somente como um ator de mercado, mas desempenhando um papel num contexto mais amplo de desenvolvimento sustentável.
- c) O compromisso e a participação da Sociedade Civil é igualmente importante na criação de uma Sociedade da Informação equitativa e na instrumentação das iniciativas para o desenvolvimento com as TIC.
- d) As instituições internacionais, incluindo as instituições financeiras internacionais, desempenham um papel chave na integração da utilização das TIC no processo de desenvolvimento e na promoção dos recursos necessários para construir a Sociedade da Informação e avaliar os progressos alcançados.

Definidos tais papéis, o Plano de Ação traça os objetivos para a construção da Sociedade da Informação que, em linhas gerais e de forma mais simplificada, podem ser resumidos como o uso das TIC para o aumento da conectividade e do

acesso à internet em todo o mundo e a disseminação da informação, principalmente nas regiões mais remotas e carentes. O Plano de Ação estabelece que tais objetivos devem ser alcançados antes de 2015.

Os objetivos são definidos sempre com base em uma sociedade inclusiva, como pode ser observado no excerto a seguir:

Os objetivos do Plano de Ação são construir uma Sociedade da Informação inclusiva, colocar o potencial do conhecimento e das TICs a serviço do desenvolvimento, promover a utilização da informação e do conhecimento para a consecução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluídos os contidos na Declaração do Milênio e, fazer frente aos novos desafios da Sociedade da Informação nos âmbitos nacional, regional e internacional. (PLANOS..., 2003, p.1, tradução nossa)

O documento define também que tais objetivos devem ser planejados e alcançados de acordo com as políticas de cada país, e determina que eles podem servir como referência mundial para melhorar a conectividade e o acesso às TIC. Pode-se inferir, portanto, que tais documentos contêm informações estratégicas para que os governos possam alcançar seus objetivos de desenvolvimento dentro da Sociedade da Informação.

A seguir estão descritos os objetivos definidos no Plano de Ação da primeira fase da CMSI (PLANOS..., 2009, p.2, tradução nossa):

- a) utilizar as TIC para conectar aldeias e criar pontos de acesso comunitário;
- b) utilizar as TIC para conectar escolas superiores, secundárias e primárias às universidades;
- c) utilizar as TIC para conectar centros científicos e de investigação;
- d) utilizar as TIC para conectar bibliotecas públicas, centros culturais, museus, correios e arquivos;
- e) utilizar as TIC para conectar centros sanitários e hospitais;
- f.) conectar os departamentos de governos locais e centrais e criar *websites* e direções de correio eletrônico;
- g) adaptar todos os programas de estudo de ensino primário e secundário ao cumprimento dos objetivos da Sociedade da Informação, tendo em conta as circunstâncias de cada país;
- h) assegurar que todos os habitantes do mundo tenham acesso aos serviços de televisão e rádio;
- i) fomentar o desenvolvimento de conteúdos e implantar condições técnicas que facilitem a presença e a utilização de todos os idiomas do mundo na internet;
- j) assegurar que o acesso às TIC esteja ao alcance de mais da metade da população mundial.

Além de todos os planos já mencionados, o documento estabelece ainda as linhas de ação para o desenvolvimento da infra-estrutura da informação e da

comunicação como fundamento básico para a Sociedade da Informação; do acesso à informação e ao conhecimento; desenvolvimento de capacitação, de criação de confiança e de segurança na utilização das TIC e de um entorno propício (entorno jurídico e político confiáveis, transparente e não discriminatório).

O Plano de Ação enfatiza que as aplicações das TIC devem ser vistas como vantagens em todos os aspectos da vida (âmbitos do governo eletrônico, negócios eletrônicos, a aprendizagem eletrônica, ciber saúde, ciberemprego, ciberecologia, ciberagricultura, ciberciência). Traça metas que levam em consideração a diversidade e identidades culturais, a diversidade lingüística e o conteúdo local; as dimensões éticas da Sociedade da Informação; a cooperação internacional e regional; a agenda de solidariedade digital (prioridades e estratégias, busca de recursos); e, finalizando, estabelece formas de monitoramento e avaliação de todas as ações realizadas.

O documento é encerrado com um pré-planejamento para a segunda fase da CMSI em Túnis e deixa dois objetivos definidos a serem colocados em prática nesse segundo encontro, quais sejam:

- elaboração de documentos finais adequados com base nos resultados da CMSI em sua fase de Genebra, com vista a consolidar o processo de construção de uma Sociedade da Informação global e reduzir o fosso digital, transformando-o em oportunidades digitais.
- acompanhamento e implementação do Plano de Ação de Genebra em escala nacional, regional e internacional e, em particular, através do sistema das Nações Unidas, com um enfoque integrado e coordenado, que convide à participação de todas as partes interessadas, o que poderia ser feito, por exemplo, mediante a criação de associações entre as partes interessadas.

4.2 Segunda Fase da CMSI- Túnis 2005

A segunda fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, ocorreu no período de 16 a 18 de novembro de 2005, em Túnis, capital da Tunísia. Os dois documentos gerados nessa fase foram: o *Compromisso de Túnis*, que reafirma as decisões tomadas na primeira fase em Genebra, e a *Agenda de Túnis para a*

Sociedade da Informação, que trata da passagem dos planos à ação, destacando as ações já realizadas no período de 2003 a 2005.

4.2.1 Compromisso de Túnis

O presente Documento reitera o compromisso firmado em Genebra, na primeira fase da CMSI, como pode ser observado no excerto a seguir:

Nós, representantes dos povos do mundo, reunidos em Túnis, de 16 a 18 de novembro de 2005, por ocasião da segunda fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, reiteramos nosso apoio categórico à Declaração de Princípios de Genebra e do Plano de Ação, aprovados na primeira fase da CMSI em Genebra, em dezembro de 2003. (COMPROMISSO..., 2006, p.1, tradução nossa).

O Documento reafirma o desejo e compromisso de construção de uma Sociedade da Informação inclusiva, orientada ao desenvolvimento e alinhada aos Princípios da Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Afirma também que a segunda fase da CMSI é uma oportunidade de se conscientizar sobre as vantagens que as TIC podem oferecer à humanidade, facilitando e transformando a vida, a interação, possibilitando projeções e planejamentos futuros.

O Documento afirma também que a CMSI constitui um passo muito importante nos esforços até então realizados por órgãos e entidades de todo o mundo, no sentido de erradicar a pobreza e atingir metas e objetivos de desenvolvimento. E ainda, convida a todas as partes interessadas, ou seja, os governos, o setor privado, a sociedade civil e as organizações internacionais, a discutirem e abraçarem o tema.

O Documento também reconhece que o acesso à informação, ao intercâmbio e a criação de conhecimentos, contribuem enormemente para o desenvolvimento econômico, social e cultural, o que contribui para alcançar os objetivos e metas acordados no Plano de Ação estabelecidos em Genebra, em 2003.

Além de reafirmar e reconhecer a importância das TIC para o desenvolvimento, o acordo de Túnis é bastante enfático com relação ao papel dos governos, que devem ter um papel de grande gestor de informações, utilizando o

potencial das TIC para criar sistemas públicos de informação sobre leis e regulamentos, criando pontos de acesso público e apoiando a ampla disponibilidade desse tipo de informação.

O documento abarca os mais diversos segmentos da sociedade, assim como suas dificuldades e necessidades, sempre focando na importância de se levar informação às populações menos favorecidas, aos grupos minoritários e marginalizados, destacando também a importância de todo esse processo na redução de guerras, conflitos, de doenças e calamidades, da fome e da pobreza, entre outros grandes problemas enfrentados por vários países.

Finalizando, o documento reconhece que a política pública tem um papel estratégico, sendo protagonista nesse processo, pois ela pode estabelecer a mobilização de recursos para o alcance de todos os objetivos, e ainda afirma que os esforços dos representantes governamentais de todos os povos do mundo não podem encerrar ao fim da Cúpula, pois o nascimento da Sociedade da Informação é apenas um começo de grandes oportunidades e mudanças, caminhando para uma sociedade mundial mais integrada e conectada.

4.2.2 Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação

Esse documento, como o próprio nome o define, trata do cronograma de atividades a serem realizadas e da passagem dos princípios e planos estabelecidos na primeira fase da CMSI à ação. Ele trata tanto de ações já definidas e que foram realizadas no intervalo de tempo entre a primeira fase, ocorrida em 2003, e a segunda fase, em 2005, quanto de ações que precisam ser tomadas durante essa fase e ainda de metas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação nos próximos anos.

O documento é subdividido em três seções, que serão analisadas a seguir e em subitens:

- i) Mecanismos de financiamento para enfrentar os desafios das TIC para o desenvolvimento:

Destaca-se a criação do Grupo Especial sobre Mecanismos de Financiamento (TFFM), cujo mandato consistiu em revisar detalhadamente a adequação dos

mecanismos de financiamento existentes para responder aos desafios das TIC para o desenvolvimento. Nesse sentido, o TFFM emitiu um relatório que enfatiza a complexidade dos mecanismos de financiamento em vigor, tanto públicos quanto privados, determinando formas em que tais mecanismos podem melhorar sua atuação.

Essa seção faz uma série de reconhecimentos e reafirmações com relação aos documentos já analisados, e aos princípios estabelecidos na primeira fase da CMSI, todos já mencionados, e reconhece que todas as formas de financiamento são fundamentais para o acesso às TIC de forma a construir uma Sociedade da Informação integradora, principalmente os financiamentos públicos que facilitam o acesso às TIC e a prestação de serviços de conexão nas zonas rurais e nas populações menos favorecidas, incluindo países insulares e países sem litoral em desenvolvimento.

Por fim, recomenda uma série de melhoras e inovações nos mecanismos de financiamento em vigor e acolhe o Fundo de Solidariedade Digital (FDS), criado em Genebra, como um mecanismo financeiro inovador e de natureza voluntária, com o qual podem contribuir todas as partes interessadas e que tem por objetivo principal reduzir o fosso digital transformando-o em oportunidades digitais para o mundo em desenvolvimento.

ii) Governança da internet:

Essa seção também reafirma os enunciados da primeira fase da CMSI de que a internet se converteu em um recurso mundial disponível para o público e que por isso mesmo sua governança deveria se constituir em um elemento essencial na Agenda da Sociedade da Informação. Segundo afirma o documento, a governança da internet deveria ser multilateral, transparente e democrática, tendo a participação de todos os governos, do setor privado da sociedade civil e das organizações internacionais.

Afirma também que:

Esta gestão (da internet) deveria garantir uma distribuição equitativa dos recursos, facilitar o acesso de todos e garantir um funcionamento estável e seguro da internet, levando em consideração o multilinguismo (AGENDA..., 2006, p.6, tradução nossa).

Nesse sentido, o documento destaca o apoio dos participantes da CMSI ao desenvolvimento, à tradução e adaptação do conteúdo local, aos arquivos digitais e às diversas formas de meios digitais e tradicionais, reconhecendo que essas atividades podem fortalecer também as comunidades locais e indígenas.

A Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação destaca ainda a importância das questões técnicas e de políticas públicas, que deveriam ser organizadas intergovernamental e internacionalmente, instituindo leis e políticas que combatam a delinquência e crimes na internet, criando mecanismos de proteção e segurança para usuários de todo mundo.

Por fim, há a solicitação da Cúpula ao Secretário Geral das Nações Unidas, para que convoque uma reunião, para o segundo trimestre de 2006, para estabelecer um diálogo sobre políticas das partes interessadas, o que seria o Fórum para a Governança da Internet – IGF, e a seguir, determina os assuntos a serem discutidos nesse evento.

iii) Implementação e acompanhamento

A terceira e última seção do documento determina mecanismos de implementação e de acompanhamento das ações até então estabelecidas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação destacando que, devido aos inúmeros aspectos que envolvem todo esse processo, é essencial que haja a colaboração eficaz entre governos, setor privado, sociedade civil, Nações Unidas e outras organizações internacionais.

Destaca que é preciso facilitar e intercambiar conhecimentos teóricos e práticos com respeito ao projeto, a aplicação, o controle e avaliação de estratégias e de políticas. Reafirma o compromisso em fornecer acesso equitativo à informação e ao conhecimento, tendo as TIC como meio principal para atingir esse objetivo, que demanda capacitação de capital humano e traz como retorno o crescimento e desenvolvimento econômicos. Dessa forma, o documento estabelece uma série de ações a serem colocadas em prática, considerando que a meta é alcançar, até 2015, os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente.

O documento estabelece ainda mecanismos de implementação das metas projetadas no Plano de Ação na primeira fase, em Genebra-2003 em escalas nacional, regional e internacional, papel que deverá ser desempenhado

principalmente pelos governos, e que trata principalmente da criação de entorno habilitador. Trata-se principalmente da criação de infra-estrutura adequada, de leis e regulamentações, de políticas públicas de informação, entre outros aspectos que colaborem para o desenvolvimento sustentável e econômico dos países, sempre considerando o componente de TIC.

Há também a solicitação à Assembléia Geral das Ações Unidas para que realize um exame global da aplicação dos resultados da CMSI em 2015 e que sejam realizadas avaliações periódicas para acompanhar a implementação dos planos, segundo uma metodologia que o próprio documento descreve, destacando-se a criação de indicadores (estatísticas, por exemplo) para acompanhar o desenvolvimento de TIC e para acompanhar o *gap* digital, a capacitação de capital humano para supervisionar a Sociedade da Informação, entre outros mecanismos de análise para avaliação.

O documento finaliza enfatizando que é preciso conhecer melhor a internet, para que seja de fato um recurso acessível ao público e fazendo um apelo à Assembléia Geral das Ações Unidas para que reconheça o dia 17 de maio, como Dia Mundial sobre a Sociedade da Informação permitindo que se celebre e reconheça a importância desse tema e das questões que tratam a CMSI para todas as pessoas e para a redução das diferenças sociais no que concerne o acesso digital.

4.3 Análise dos resultados

A análise documental permitiu compreender não somente o objetivo da criação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação, que foi ampliar a visão da sociedade global sobre o uso das TIC para o desenvolvimento da Sociedade da Informação visando à redução do fosso digital entre pessoas com e sem acesso às TIC e também minimizar o acúmulo de poder nas mãos de nações desenvolvidas que dominam os meios de produção, controle, uso e disseminação da informação, como também permitiu compreender a necessidade de uma forte atuação dos governos na criação de políticas de informação, para que os princípios estabelecidos sejam realmente respeitados e para que o Plano de Ação seja colocado em prática.

No entanto, percebe-se que os textos dos quatro documentos são bastante repetitivos e pouco contundentes em termos de ações para o real desenvolvimento da Sociedade da Informação e, em muitos momentos, um tanto quanto utópicos, ao estabelecerem metas tais como a erradicação da pobreza e da fome, a promoção da igualdade de gêneros, a reafirmação da universalidade e da indivisibilidade de todos os direitos humanos fundamentais, a instauração da educação primária universal, entre outros. Tais princípios, como diz o próprio documento, foram estabelecidos de acordo com os princípios da Declaração do Milênio e de outros documentos pertinentes, que resguardam ou determinam os direitos da humanidade. O objetivo é fazer com que todos os benefícios das TIC sejam direcionados para alcançar tais metas.

Entretanto, esse discurso, da Declaração de Princípios, estabelecido em 2003, não foi transformado em ação nos dois anos que se seguiram, pois como pode ser observado na análise dos documentos de Túnis, em 2005, poucos planos foram colocados em prática e, ainda hoje, sabe-se que, embora haja muitos projetos no sentido de combater os citados problemas, e haja também organizações engajadas nessa e em outras lutas, pouco do que foi discursado foi colocado em prática. O baixo nível de realização alcançado é visível, pois esses problemas permeiam nossa realidade e sabemos que combatê-los demanda muito mais do que a criação de políticas e o desejo das pessoas.

A hipótese estabelecida no início do trabalho foi confirmada a partir da análise dos documentos, pois notou-se que as ações projetadas pelos países participantes têm um viés econômico, tratando prioritariamente do desenvolvimento, da criação de infraestrutura tecnológica e de planos de financiamento das TIC. O acesso à tecnologia é privilegiado em detrimento do domínio dos conteúdos. Por conseguinte, o viés social, aparente nos documentos, soa mais como um discurso utópico considerando-se a atual realidade, o número maciço de pessoas que não têm acesso digital, nem mesmo têm acesso à telefonia ou à eletricidade, sem mencionar problemas muito mais graves que muitas populações enfrentam e que precisam ser sanados primariamente.

Portanto, as informações contidas, não somente nos documentos, mas nos *websites* da CMSI podem ser usadas de forma estratégicas pelos governos de cada

país na criação de políticas nacionais de informação, de leis e de regulamentações para acesso público digital, de projetos sociais para estimular o acesso às TIC, de projetos de financiamento voluntário para criar infra-estrutura de acesso às TIC, de criação de espaços e entorno adequados e qualificação de pessoas para que o acesso à informação e às TIC seja realmente um instrumento de desenvolvimento de uma Sociedade da Informação inclusiva.

Sabe-se que muitos dos princípios estabelecidos pela CMSI dificilmente poderão ser alcançados, tendo em vista que são utópicos, tais como erradicação da pobreza e da fome extremas, promoção da igualdade de gêneros e do empoderamento ou autonomia feminina, instauração da educação primária universal, garantia de desenvolvimento sustentável, entre outros. Não que sejam impossíveis de serem alcançados, mas que não podem ser garantidos, não somente por questões políticas e econômicas, mas por um contexto antropológico e social, que envolve a convivência humana, com suas diferenças e divergências, o que demandaria um outro estudo mais aprofundado nestas questões. Entretanto, se há um movimento e uma preocupação dos líderes governamentais no sentido de debater esse tema e de convidar outras partes interessadas tais como o setor privado, a sociedade civil e as instituições internacionais a fazerem o mesmo e a se envolverem nos projetos elaborados, cria-se uma expectativa positiva de que é possível construir uma Sociedade da Informação mais justa e integradora.

Nesse sentido, é preciso que os governos, ao criarem políticas de informação e tentarem colocar em prática o Plano de Ação de Genebra, pensem que o acesso à informação não acontecerá simplesmente a partir da criação de laboratórios de computadores com acesso à internet, ou seja, de infra-estrutura tecnológica, mas sim a partir da educação e da conscientização das pessoas, para que saibam o que querem buscar em termos de informação e quais as finalidades das informações que buscam.

5 CONCLUSÃO

Nesta seção, faz-se a retomada aos objetivos do estudo e as considerações finais, discute-se as limitações do estudo e propõe-se sugestões para futuras pesquisas.

5.1 Retomada dos Objetivos

Buscou-se nesse estudo pesquisar os documentos finais gerados pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que ocorreu em duas fases, sendo a primeira em Genebra, em 2003 e a segunda, em Túnis, em 2005, com vistas a investigar os objetivos e metas projetadas pelos líderes governamentais que participaram do evento representando nações de várias partes do planeta.

O objetivo principal foi analisar a CMSI, visando conhecer sua natureza, ou seja, os motivos que levaram ao seu surgimento, seus objetivos e sua estrutura desde a sua criação até o entendimento sobre os discursos e planos estabelecidos para o desenvolvimento da Sociedade da informação, além de investigar de que forma as informações contidas nesse evento podem ser estratégicas para os governos, relacionando os documentos da CMSI com os estudos sobre a Sociedade da Informação realizados nas Ciências da Informação e da Comunicação e também buscando um entendimento sobre a dimensão do conceito de políticas públicas e políticas de informação.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, a qual conceituou temas relacionados ao objeto de estudo, tais como Sociedade da Informação, Políticas Públicas e de Informação e um breve histórico sobre o surgimento da CMSI, criou-se um embasamento para a análise dos documentos gerados ao final das duas fases da Cúpula.

Os documentos finais produzidos pela CMSI, intitulados *Declaração de Princípios*, *Plano de Ação*, *Compromisso de Túnis* e *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação* contêm os princípios, os objetivos, o compromisso empenhado pelos países participantes e uma série de ações a serem colocadas em prática por cada governo e parte interessada para que se possa desenvolver uma

Sociedade da Informação integradora, que alcance todos os segmentos das sociedades.

5.2 Considerações Finais

A partir da análise dos resultados, percebeu-se que a CMSI empenhou-se em debater temas importantes e problemas que permeiam a Sociedade da Informação os quais devem ser pensados e solucionados em conjunto pelos governos, pelo setor privado e também pela sociedade civil, na busca do estabelecimento de políticas de informação. Observou-se, no entanto, que muitas das metas estabelecidas podem ser consideradas utópicas diante das [ao avaliar as] condições econômica, política, social e cultural de muitos países.

Considera-se, portanto, que estudos e pesquisas sobre políticas de informação, conhecimento e os preceitos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, desde que sob um olhar mais crítico, são estratégicos para os governos no desenvolvimento de suas políticas de informação locais, nacionais, regionais ou internacionais. Assim, estudos da Ciência da Informação sobre a Sociedade da Informação nesse segmento devem ser considerados fundamentais para auxiliar no desenvolvimento e na continuidade da discussão sobre um tema que permeará as civilizações nos próximos anos considerando-se os avanços das TIC.

5.3 Limitações desse estudo

A pesquisa documental, assim como as pesquisas de outras naturezas, apresenta limitações, como afirma Gil (2002). “As críticas mais freqüentes a esse tipo de pesquisa referem-se à não-representatividade e à subjetividade dos documentos” (GIL, 2002, p. 46). Todavia, embora haja limitações, o que é uma característica das ciências sociais, os estudos desenvolvidos a partir de análise documental são valiosos, “não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema, ou então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios” (GIL, 2002, p. 47).

Além da limitação metodológica, destaca-se ainda o limite de tempo, considerado curto para a realização da pesquisa, pois devido ser um assunto bastante amplo e abundante em material bibliográfico e documental, seria necessário um tempo maior para realizar uma análise mais detalhada e aprofundada.

5.4 Sugestões para pesquisas futuras

Espera-se que essa pesquisa tenha contribuído para os estudos na área de Ciência da Informação, principalmente na compreensão sobre os temas políticas públicas e de informação e uso estratégico de informações para o desenvolvimento de tais políticas.

Devido às limitações do estudo e ao fato de acreditar-se que estudantes e profissionais de Ciência da Informação podem contribuir com novas pesquisas que investiguem assuntos de interesse relacionados à área que possam contribuir para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, sugere-se algumas pesquisas que possam ser realizadas:

- Pesquisas sobre o desenvolvimento de políticas públicas e de informação pelos governos que participaram da CMSI com o objetivo de investigar se o discurso estabelecido, assim como os planos desenvolvidos têm sido colocados em práticas;
- Pesquisas sobre o desenvolvimento de políticas públicas e de informação no Brasil, visando o acompanhamento de programas de inclusão digital.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Disponível em <www.nossosaopaulo.com.br>. Acesso em: 11 dez. 2009.

ACCART, J.P. Le sommet mondial sur la société de l'information. **BBF**, Paris, 2004, n° 6, p. 68-73. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

AGENDA DE TÚNEZ PARA LA SOCIEDAD DE LA INFIORMACIÓN. Cumbre de Mundial sobre la Sociedad de la Información. **Documentos Finales**. Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), Ginebra, 2005. Disponível em: <www.itu.int/wsis/>. Acesso em: 13 ago. 2009.

AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. 2001. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1999.

BRAMAN, S. **The Micro and Macroeconomics of Information**. In ARIST: Capítulo 1: Blaise Croni, Editor. Medford, New Jersey: V. 40, p. 3-52, 2006.

COMPROMISO DE TÚNEZ. Cumbre de Mundial sobre la Sociedad de la Información. **Documentos Finales**. Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), Ginebra, 2005. Disponível em: <www.itu.int/wsis/>. Acesso em: 13 ago. 2009.

CUNHA, A.; RESENDE, F. **Orçamento e Desenvolvimento**. In: CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A.; SOBREIRA, R. Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2005 *apud* JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, S. R. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS. Cumbre de Mundial sobre la Sociedad de la Información. **Documentos Finales**. Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), Ginebra, 2005. Disponível em: <www.itu.int/wsis/>. Acesso em: 13 ago. 2009.

DEUTSCH, K. **Política e governo**. 2 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetria, instabilidade e imperativos de legitimação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

FREIRE G. H. A. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, set./dez. 2008.

GARCIA, E. V. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 18-40, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n1/v40n1a02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

GARCIA, Maria Lúcia A. A informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.9, n.42, p.5-80, 1980 *apud* AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. 2001. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.58-66, jul./dez., 1996 *apud* AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. 2001. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, S. R. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

LASSWELL, H. **A linguagem da política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979.

LEGEY, L.R; ALBAGLI, S. Construindo a sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, out/2000.

LIMA, O. H.; SELAIMEN, G. **Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: um tema de todos**. [Rio de Janeiro]: Rits, [2004]. 118p. Disponível em: <www.infoinclusao.org.br>. Acesso em: 5 set. 2009.

MATTELART, A. **História da Sociedade da Informação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

MINCIO, D. Sommet mondial sur la société de l'information: l'apport aux bibliothèques. **BBF**, Paris, 2006, n° 3, p. 106-107. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/>>. Acesso em: 20 jan. 2010

MOTA, et all. A universalização da informação no Brasil - os desafios da Sociedade da Informação. 2005. Disponível em <[HTTP://cinform.ufba.br/iv_anais/artigos/texto02.htm](http://cinform.ufba.br/iv_anais/artigos/texto02.htm)> Acesso em: 5 nov. de 2009.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004 *apud* JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, S. R. Análise de políticas

públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Perriault, J. Sommet mondial de la société de l'information. **BBF**, Paris, 2004, n° 1, p. 50-55. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

PLAN DE ACCIÓN. Cumbre de Mundial sobre la Sociedad de la Información. **Documentos Finales**. Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), Ginebra, 2005. Disponível em: <www.itu.int/wsis/>. Acesso em: 13 ago. 2009.

SATHLER, L. Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: desafios para a sociedade civil. **Mídia Cidadã**, [s.l], [s.n], p. 1-11, nov. 2005. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_forum_eixos_luciano.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

STEWART, T. A. **Capital Intelectual**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 237 p.

WORLD Summit on the Information Society: Geneva 2003-Túnis 2005. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/index.html>>. Acesso em: 13 ago. 2009.